



Fórum Estadual de
Educação de Jovens e Adultos - SP

**Contribuições para o diagnóstico da situação da EJA no
Estado de São Paulo (2014)**

(versão preliminar para debate em Seminário do Fórum)

Prof.^a Dr.^a Maria Clara Di Pierro
FE-USP

Luis Felipe Soares Serrao
Ação Educativa

São Paulo (SP), maio de 2014.

Apresentação

O objetivo central deste texto é divulgar de forma sistematizada informações sobre a demanda social e as políticas de educação escolar de pessoas jovens e adultas (EJA) em desenvolvimento no Estado de São Paulo, sejam elas de responsabilidade da administração pública federal, estadual, municipal ou privada. Esta é uma iniciativa do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo, rede que reúne estudantes, pesquisadores, educadores, gestores públicos, movimentos e organizações sociais que lutam pelo direito à participação democrática nos processos de elaboração, gestão, avaliação e controle social das políticas para essa modalidade.

Um primeiro diagnóstico¹, no qual este se baseia, foi construído para subsidiar o capítulo estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, política federal do Ministério da Educação² (MEC) lançada em 2007 para promover a articulação territorial dos poderes públicos e da sociedade civil em favor da garantia do direito humano à EJA. No caso paulista, principalmente pela não adesão do governo estadual, a Agenda não avançou e, logo, não se caminhou como desejado na articulação e no fortalecimento da institucionalidade das políticas de EJA.

Atualizado e ampliado, este relatório revela os preocupantes resultados das políticas de EJA no Estado de São Paulo, evidenciando a posição de baixo prestígio que essa modalidade ocupa na agenda de prioridades educacionais. Espera-se que, a partir desse retrato, a comunidade educacional atue em prol de políticas articuladas e efetivas de atuação no território paulista, sobretudo a partir da elaboração de planos locais de ação construídos coletivamente e democraticamente.

Dados sobre escolaridade de pessoas jovens e adultas

De acordo com dados censitários, a taxa de analfabetismo absoluto de pessoas de 15 anos ou mais no Brasil era 13,63%, em 2000, e 9,63%, em 2010; o Estado de São Paulo apresentou índices relativamente mais baixos, 6,64% e 4,34%, respectivamente. Entretanto, devido à numerosa população, o Estado concentrava 10,08% dos analfabetos do país, o que correspondia a mais de 1,4 milhão de pessoas, a maioria das quais com idades superiores aos 50 anos, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Taxas de analfabetismo por grupos de idade no Estado de São Paulo. 2010

Faixa etária	População Total	População analfabeta	Taxa de analfabetismo
15 a 19 anos	3.303.908	34.547	2,46%
20 a 29 anos	7.427.476	88.844	6,32%
30 a 49 anos	12.474.366	361.130	25,70%
50 a 59 anos	4.424.095	247.872	17,64%
60 anos e mais	4.771.436	672.592	47,87%
Total	32.401.281	1.404.985	100%

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010.

¹ Para mais informações sobre este relatório, veja:

http://forumeja.org.br/sp/sites/forumeja.org.br.sp/files/DocumentoReferencia_encontro_Agenda_Territorial_SP.pdf.

² Para mais informações sobre a Agenda Territorial, veja: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=619&catid=275:agenda-territorial-de-eja&cid=12308:agenda-territorial-de-eja&option=com_content&view=article.

No Estado de São Paulo, a taxa de analfabetismo declinou lentamente ao longo da primeira década do século XXI, a um ritmo quase duas vezes menor que no Brasil, o que pode ser creditado à dificuldade de ação quando as taxas tornam-se residuais, assim como acontece nos estados com perfis semelhantes ao de São Paulo (Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), que apresentaram um comportamento similar.

Em dados mais atuais³, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/Ibge) de 2012 indicou a existência de mais de 2 milhões de pessoas consideradas não alfabetizadas no Estado de São Paulo. Deste total, 63% eram de pessoas com 15 anos de idade ou mais (1,2 milhão de pessoas); em 2003, esse mesmo público representava 59% do total de pessoas não alfabetizadas. Considerando o mesmo período, houve uma diminuição de 19% da taxa de pessoas não alfabetizadas de 15 anos de idade ou mais, de aproximadamente 1.598.000 para 1.287.000 pessoas.

Tabela 2 - Evolução do nº de pessoas não alfabetizadas no Estado de São Paulo (em mil pessoas). 2003-2012

Faixas de idade	2003		2006		2009		2012		Varição 2012/2003
15 a 17 anos	12	0,80%	10	0,60%	16	1,00%	4	0,30%	33%
18 a 19 anos	16	1,00%	7	0,50%	7	0,50%	13	1,00%	81%
20 a 24 anos	37	2,30%	32	2,10%	26	1,70%	24	1,90%	65%
25 a 29 anos	54	3,40%	45	2,90%	43	2,80%	28	2,20%	52%
30 a 39 anos	202	12,60%	173	11,20%	147	9,50%	99	7,70%	49%
40 a 49 anos	230	14,40%	219	14,20%	202	13,00%	134	10,40%	58%
50 a 59 anos	278	17,40%	315	20,40%	235	15,20%	266	20,70%	96%
60 anos ou +	769	48,10%	745	48,20%	872	56,30%	719	55,90%	93%
Total	1.598	100,00%	1.546	100,00%	1.548	100,00%	1.287	100,00%	81%

Fonte: IBGE/Pnad.

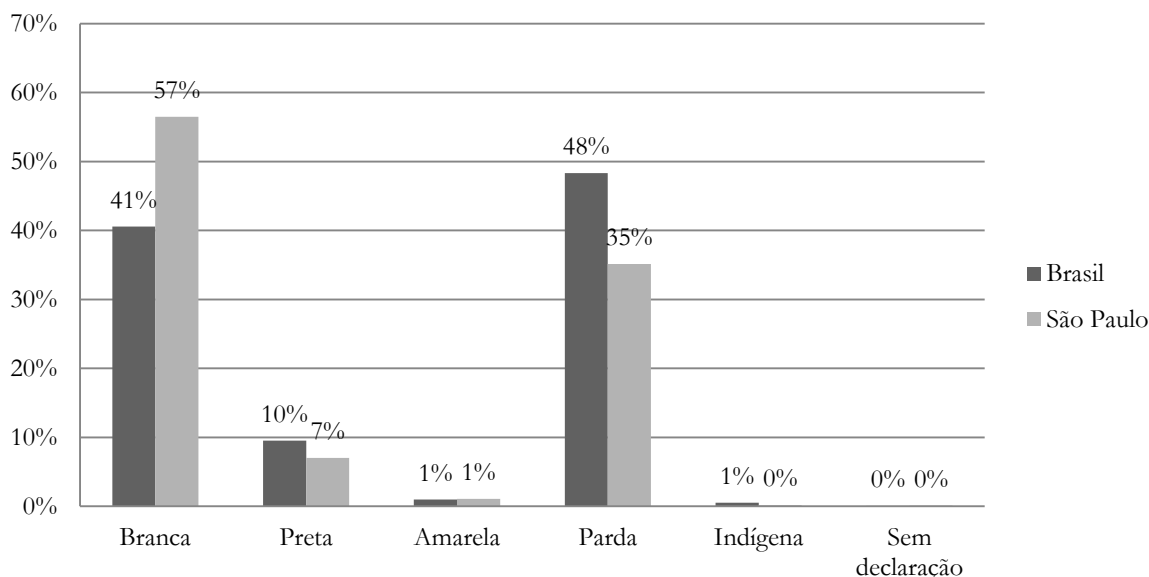
Pela tabela acima, é possível perceber que houve uma mudança no perfil da população considerada não alfabetizada no Estado de São Paulo: as faixas etárias localizadas acima dos 50 anos de idade passaram a concentrar mais de 76% da população nessa condição, com destaque para a faixa de 60 anos ou mais, que somente ela concentrava, em 2012, mais de 55%. Além da diminuição da representatividade das pessoas entre 15 e 17 anos no total de daquelas não alfabetizadas, os estratos que apresentaram maiores diminuição são das pessoas com idade entre 25 e 49 anos.

Pelos últimos levantamentos do Censo Demográfico (IBGE, 2010), 45% das mais de 144 milhões de pessoas jovens e adultos com 15 anos ou mais no Brasil não frequentaram os bancos escolares ou, quando frequentaram, não chegaram a completar o ensino fundamental (EF). Já dentre aquelas pessoas com 18 anos ou mais, um quarto (22 milhões de pessoas) não chegou a terminar o ensino médio (EM). Especificamente no estado de São Paulo, os números também eram preocupantes: dentre as mais de 32 milhões de paulistas com 15 anos ou mais, 37% não havia terminado o EF; e, dentre as pessoas com 18 anos ou mais, que totalizam em 2010 quase 19 milhões de pessoas em todo o Estado, mais de 5 milhões não havia concluído o EM.

³ Os dados da PNAD e do Censo Demográfico foram coletados por meio da plataforma SIDRA, do IBGE. Para acessá-la, vá em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>.

Como pode ser visto no gráfico abaixo, em todo o Brasil, das pessoas com 15 anos ou mais que não possuíam EF completo, 57% se autodeclararam pretas ou pardas; em São Paulo, esse contingente representou 41% desse mesmo público.

Gráfico 1 - Pessoas com 15 anos ou mais sem EF completo. 2010

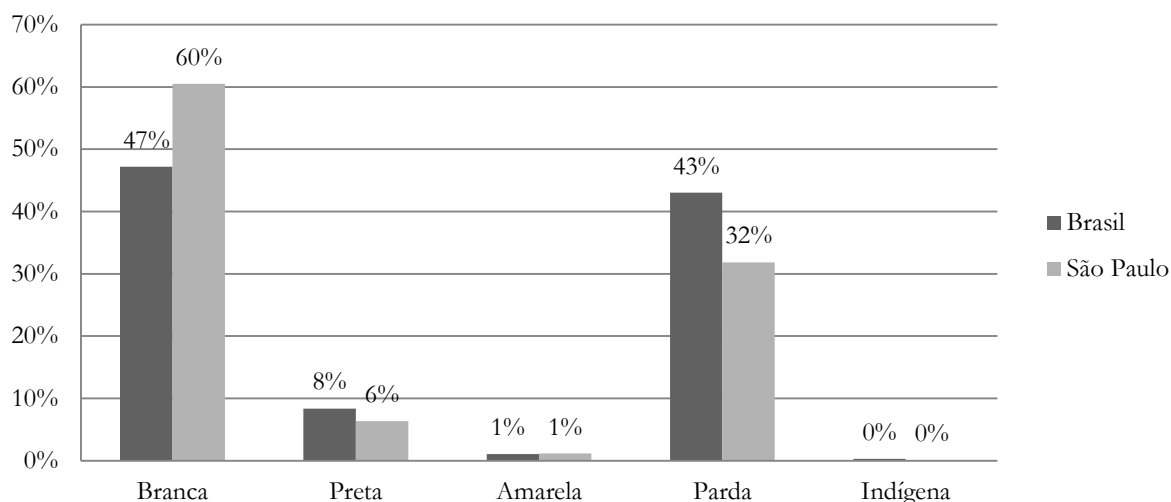


Há de se levar em conta que, sem utilizar o recorte de escolaridade, em São Paulo, das pessoas de 15 anos ou mais, 34% se declararam pretas ou pardas e 64% se declararam brancas⁴. Ou seja, pelos dados apresentados no gráfico 1, havia mais pretos e pardos sem EF completo do que brancos.

Já em relação às pessoas com 18 anos ou mais sem EM completo no Brasil, mais de 51% se autodeclararam pretas ou pardas; no estado de São Paulo, 38% eram pretas ou pardas. Como mostra o gráfico 2, também havia maior proporção de pretos ou pardos ao se desconsiderar o recorte educacional: eles representavam 34% da população paulista com 18 anos ou mais de idade.

⁴ No Censo Demográfico de 2010 (IBGE), somente 0,04% da população residente no estado de São Paulo com 15 anos ou mais não declarou cor ou raça; no Brasil, essa proporção foi de 0,02%. Em ambos os casos, mais de 99% dos casos que não há informação sobre cor ou raça são de pessoas que declararam não possuir instrução ou não completaram o ensino fundamental.

Gráfico 2 - Pessoas com 18 anos ou mais sem EM completo. 2010



Os dados de escolaridade da população jovem e adulta também não traziam diferenças significativas em relação à declaração de sexo. Dentre aquelas com 15 anos ou mais de idade sem EF completo no Brasil, 51% eram homens; em São Paulo, 48% eram homens. Já dentre aquelas pessoas com 18 anos ou mais sem EM completo, tanto no Brasil quanto em São Paulo, 50% eram de homens e 50% era de mulheres.

Já com relação à situação de domicílio, o Censo Demográfico de 2010 apontou que quase um quarto do total de pessoas com 15 anos ou mais sem EF completo estava em zonas rurais; enquanto isso, em São Paulo, 6% estavam em domicílios localizados em zonas rurais (IBGE, 2010). Dentre aquelas pessoas com 18 anos ou mais sem EM completo no Brasil, 11% estavam em áreas rurais; em São Paulo, eram 4% do total.

O Fundeb e o financiamento da EJA

É de amplo conhecimento que a EJA tem sido discriminada negativamente pela política de fundos de financiamento que rege o ensino básico no Brasil desde a década de 1990: entre 1997 e 2006 a modalidade foi excluída (por veto presidencial) do cômputo das matrículas que servia de base de cálculo para a redistribuição dos recursos do Fundef, e foi incluída progressivamente no Fundeb (33% das matrículas a cada ano entre 2007 e 2009), recebendo o menor fator de ponderação dentre as modalidades da educação básica (inicialmente 0,7 e, posteriormente, 0,8), ficando ainda sujeita a um teto máximo de gastos de 15% do Fundo (Di Pierro, 2001; Gouveia, 2008; Volpe, 2010). Apesar disso, a inclusão da modalidade no Fundeb representou um avanço, quando comparada às condições de financiamento da modalidade vigentes no período precedente⁵.

⁵ Em 2007 (quando o fator de ponderação da modalidade era de apenas 0,7) os cálculos do custo por aluno ao ano na EJA para efeito de captação do FUNDEB variaram de R\$662 nos estados mais pobres a R\$1.433 naqueles com maior arrecadação tributária. Embora insuficientes para prover um ensino de qualidade, esses valores eram bem superiores, por exemplo, aos R\$ 250 por aluno/ano repassados entre 2002 e 2006 pela União aos Estados e Municípios no Programa Fazendo Escola, ou do per capita gasto pelo governo federal no Programa Brasil Alfabetizado, cuja média dos anos 2007 a 2010 foi, segundo estimativas de Cara e Araújo (2011), de R\$ 264,70.

Considerando que o artigo 11º da Lei Federal nº 11.494/2007, que regulamentou o Fundeb, estabeleceu um teto de 15% para a apropriação dos recursos pela EJA, constatou-se que a proporção dos recursos relativos à modalidade no Fundo paulista em 2009 foi pouco superior a 6% (Tabela 5), existindo, portanto, ampla margem nos orçamentos do Estado e dos municípios para uma eventual expansão das matrículas públicas.

Tabela 3 – Receitas do Fundeb e da EJA no Estado de São Paulo (2009)

	Estado	Municípios	Total
Receitas totais do FUNDEB	R\$ 14.320.287.957	R\$ 6.758.205.633	R\$ 21.078.493.590
Matrículas de EJA	446.536	262.187	708.723
Matrículas ponderadas de EJA	357.228,8	209.749,6	566.978,4
Receitas do FUNDEB relativas à EJA	R\$ 808.425.992	R\$ 474.673.454	R\$ 1.283.099.446
Receitas da EJA em relação ao total	5,65%	7,02%	6,09%

Fonte: CALLEGARI, 2010. Organização própria.

O Fundeb é um mecanismo de equalização da receita e do gasto público em educação, entretanto ele não elimina as desigualdades existentes entre os municípios, devidas a seu porte e capacidade tributária. Em 2009, por exemplo, ano em que o valor aluno-ano de referência para a EJA foi estimado em R\$ 2.263,00 no Estado de São Paulo, a receita per capita disponível em uma amostra de 128 municípios do Estado pesquisados variou substancialmente, de um mínimo de R\$ 1.021,28 a um máximo de R\$ 3.113,30 (Di Pierro, 2013).

A análise do impacto do Fundeb na oferta da EJA nas redes municipais e estadual do Estado é dificultada pela subdeclaração do gasto público com a modalidade, contabilizado nos bancos de dados públicos em outras rubricas (Araújo, 2012; Volpe, 2010). Com efeito, dos 645 municípios paulistas, 339 (52,5%) não informaram ao Tesouro Nacional⁶ quaisquer despesas na modalidade ao longo do período 2005-2010, e apenas 128 deles (19,8%) declararam algum gasto em pelo menos quatro anos do período (Di Pierro, 2013).

Segundo estudo de Di Pierro (2013), o gasto médio por aluno da EJA em 2009 – quando o valor estimado pelo FNDE para investimento por aluno da EJA em São Paulo para efeito dos cálculos do FUNDEB foi de R\$ 1.810,44 - em uma amostra de 114 municípios paulistas foi de R\$ 1.038,41 (variando extraordinariamente de um mínimo de R\$ 5,80 em Casa Branca, R\$ 4.809,78 em Caieiras e surpreendentes R\$ 22.050,48 em São Caetano do Sul), sendo a mediana de R\$ 514,70 per capita (Tabela 4).

⁶ A Secretaria do Tesouro Nacional mantém o banco de dados FINBRA – Finanças Brasil, no qual Estados e Municípios conferem publicidade a seus gastos por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Existe também o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que reúne informações prestadas pelos gestores da educação dos estados e municípios como condição para assinatura de convênios e recebimento de complementação do FUNDEB pela União. Em São Paulo existe ainda o Sistema de Informações da Administração Pública (SIAP) do Tribunal de Contas do Estado, que fiscaliza as despesas públicas, aferindo o cumprimento da vinculação constitucional de recursos para a educação.

Tabela 4 - Despesa aluno/ano em EJA em municípios da amostra do Estado de São Paulo. 2005-2009

Ano	Quantidade municípios com informação sobre despesa em EJA	Despesa aluno/ano (em R\$)			(B) Valor de referência da EJA no FUNDEB	A/B
		Média	Mediana	(A) Mediana (sem matrículas semipresenciais)		
2005	103	899	284,67	300,94	-	-
2006	122	1.096,97	316,92	316,92	-	-
2007	126	1.212,43	437,97	440,12	1.292,03	34%
2008	126	916,02	425,64	443,4	1.439,33	31%
2009	127	1.038,41	514,7	540,66	1.810,44	30%

Fonte: Finbra/STN, Siope/FNDE, SIAPNet/TCE, Censo Escolar e FNDE. Organização própria. IN: Di Pierro, 2013.

O atendimento na educação básica de jovens e adultos

Até a década de 1980 a oferta pública de EJA no Estado de São Paulo era realizada predominantemente pela rede estadual de ensino. A descentralização da modalidade teve início em 1990 quando muitos municípios, exercitando as novas responsabilidades atribuídas pela Constituição, absorveram os serviços de alfabetização e pós-alfabetização até então mantidos pela extinta Fundação Educar, sucedânea do Mobral (Haddad et al, 1993).

A tendência à municipalização se aprofundou a partir de 1996, quando pelo Decreto 40.673 o governo estadual retirou-se da oferta das séries iniciais da educação de jovens e adultos, delegando essa tarefa às municipalidades (Carvalho, 2006; Furlan, 2007; Vieira, 2011). Desde então as estatísticas registram a intensificação da municipalização do ensino fundamental de jovens e adultos, concomitante ao declínio da oferta privada e, mais recentemente, também das matrículas nas redes públicas do Estado e dos municípios.

Cursos presenciais e semipresenciais

Ao longo dos últimos, é possível verificar substancial declínio das matrículas na modalidade EJA em todo o território brasileiro e também no Estado de São Paulo. Essa queda das matrículas frustrou as expectativas geradas por ocasião da implementação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), pois se esperava que ele pudesse induzir os governos subnacionais à ampliação de oportunidades educacionais para a população com idade superior a 15 anos.

No entanto, como é possível verificar os dados da tabela 5, houve significativa queda (42%) do número de matrículas no EF na modalidade EJA entre 2009, ano em que a totalidade das matrículas de EJA passou a ser contabilizados no Fundeb, e 2013. A diminuição foi mais intensa na rede estadual (56%) do que nas redes municipais (33%). Nesse período, as redes particulares praticamente deixaram de atuar nesse campo.

Tabela 5**Matrículas no EF na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 1995-2013**

Ano	Total	Federal		Estadual		Municipal		Particular	
1995	347.905	0	-	144.007	41%	144.082	41%	59.816	17%
2000	577.992	33	-	236.293	41%	297.357	51%	44.309	8%
2005	598.384	0	-	250.322	42%	325.747	54%	22.315	4%
2009	389.582	0	-	144.100	37%	241.300	62%	4.182	1%
2010	302.908	0	-	92.574	31%	208.066	69%	2.268	1%
2011	262.136	52	0,02%	71.234	27%	188.571	72%	2.279	1%
2012	241.903	135	0,06%	68.126	28%	171.502	71%	2.140	1%
2013	225.601	-		63.474	28%	160.003	71%	2.124	1%

Fonte: Censo Escolar, MEC/Inep

Pelos dados do Censo Escolar, em 2012, das mais de 241 mil pessoas matriculadas no EF na modalidade EJA no Estado de São Paulo, 52% eram mulheres, e para quase 40% dessas pessoas não havia informação de cor/raça. Nos dados de 2013 do Censo Escolar, esse cenário permanecia: das mais de 225 mil matrículas no EF na modalidade EJA, 52% eram mulheres e, para 43% desse total não havia informação de cor/raça.

Pelos dados da tabela 6, é possível perceber que as matrículas em EF na modalidade EJA no Estado de São Paulo foram quase que exclusivamente urbanas, sempre representando acima de 96% do total. As matrículas em zonas rurais, que chegaram a representar, no máximo, 3,1% do total em 2012, apresentaram leve aumento até 2011, voltando a ter uma tendência de queda a partir de então. Vale destacar que a rede estadual apresentou aumento de 80% do número de matrículas sob sua responsabilidade (de 3.142 em 2009 para 5.691 em 2013), enquanto as redes municipais atenderam somente 755 matrículas em 2013, uma queda de 51% em relação ao atendimento em 2009.

Tabela 6 - Matrículas no EF na modalidade EJA por Localização no Estado de São Paulo. 2009-2013

Ano	Total	Urbana		Rural	
2009	389.582	384891	0,988	4.691	1%
2010	302.908	299421	0,988	3.487	1%
2011	262.136	254338	0,97	7.798	3%
2012	241.903	234430	0,969	7.473	3%
2013	225.601	219155	0,971	6.446	3%

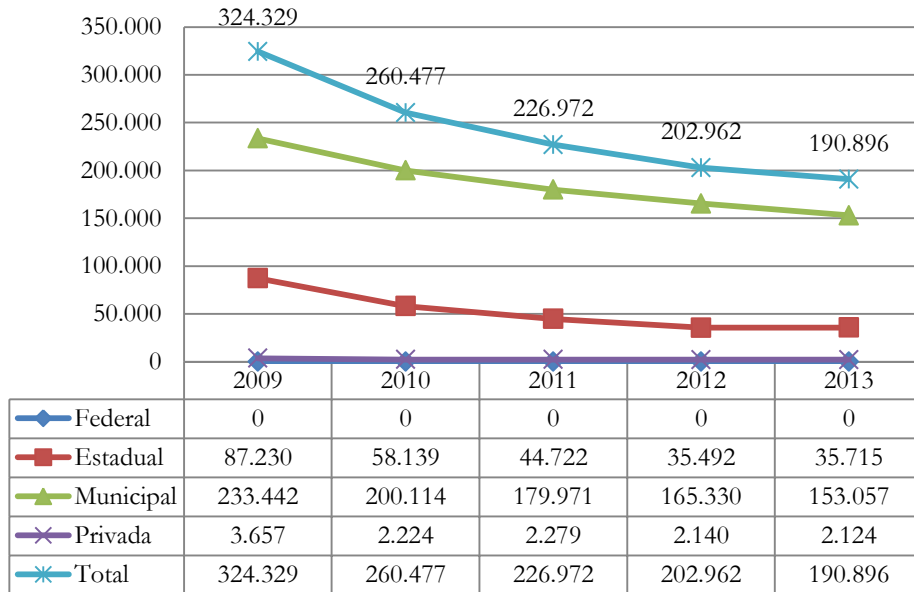
Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Como se vê o gráfico a seguir, as matrículas totais em cursos presenciais de EF na modalidade EJA caíram 41% entre 2009 e 2013. A maior diminuição ocorreu na rede estadual (59%); contudo, as redes municipais, que respondiam e ainda respondem pela maior parcela desse modelo de atendimento, responderam por 60% da diminuição das matrículas totais.

Em termos de EF na modalidade EJA integrada à educação profissional, os dados do Censo Escolar de 2009 a 2013 mostram um baixíssimo número de matrículas no período: em 2011, foram declaradas somente 96 matrículas (54% na rede federal e 46% nas redes municipais); em 2012, foram 153 matrículas

(88% na rede federal e 12% em redes municipais). Em 2013, não foram declaradas matrículas nessa categoria.

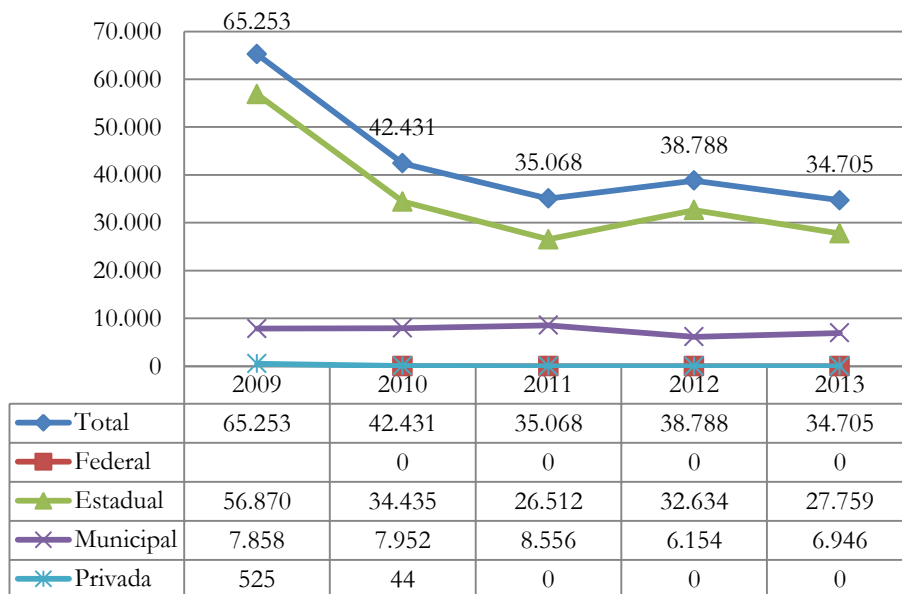
Gráfico 3 - Matrículas em cursos presenciais de EF na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 2009-2013



Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Como aponta o gráfico abaixo, a rede estadual sempre respondeu por, no mínimo, 75% da oferta de matrículas em cursos semipresenciais de EF na modalidade EJA. No período analisado (de 2009 a 2013), assistiu-se a uma queda de 47% (51% na rede estadual e 12% nas redes municipais).

Gráfico 4 - Matrículas em cursos semipresenciais de EF na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 2009-2013



Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Em relação ao EM na modalidade EJA, as matrículas também vêm declinando acentuadamente desde a implementação do Fundeb, como pode ser visto na tabela 7. A rede estadual, que sempre respondeu por, no mínimo, 92% das matrículas entre os anos de 2009 e 2013, assistiu à redução de 41% do número de matrículas no período.

Tabela 7 - Matrículas no Ensino Médio na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 2005-2013

Ano	Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2005	528.958		32	0,00%	491.473	93%	15.643	3%	21.810	4%
2009	404.547		300	0,10%	379.063	94%	15.631	4%	9.553	2%
2010	303.121		328	0,10%	282.796	93%	15.273	5%	4.724	2%
2011	249.301		207	0,10%	230.181	92%	14.926	6%	3.987	2%
2012	239.997		150	0,10%	221.507	92%	14.716	6%	3.624	2%
2013	237.137		178	0,10%	218.671	92%	14.502	6%	3.786	2%

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Em 2012, 53% das matrículas no Ensino Médio na modalidade EJA eram de mulheres; e, para 50% das pessoas matriculadas, não havia informações sobre raça/cor. Em 2013, 52% eram mulheres; e, para 52% desse total, não havia informação sobre raça/cor.

Entre 2009 e 2011, como pode ser visto na tabela 6, as matrículas de ensino médio na modalidade EJA se concentraram majoritariamente em zonas urbanas. Nas zonas rurais, houve uma queda de 25% nas matrículas entre 2009 e 2013, sendo que a rede estadual de ensino, no período analisado, sempre esteve responsável por, no mínimo, 98% das matrículas.

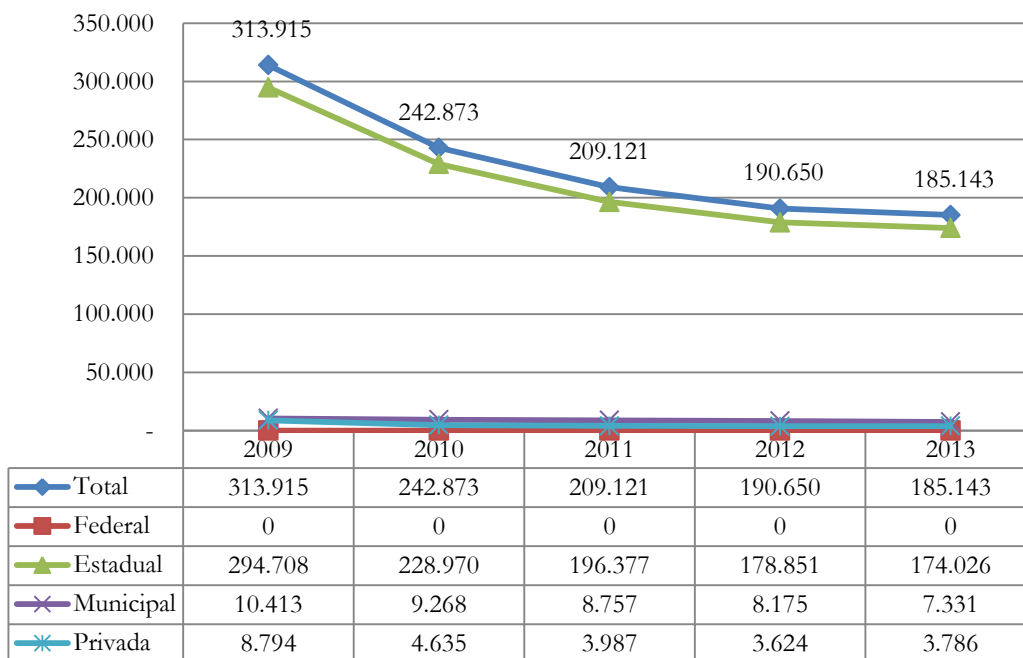
Tabela 8 - Matrículas no EM na modalidade EJA por localização no Estado de São Paulo. 2009-2013

Ano	Total	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural
2009	404.547	400.722	99,10%	3.825	0,90%
2010	303.121	300.731	99,20%	2.390	0,80%
2011	249.301	247.548	99,30%	1.753	0,70%
2012	239.997	238.698	99,50%	1.299	0,50%
2013	237.137	234.282	98,80%	2.855	1,20%

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Como se vê no gráfico a seguir, a rede estadual responde por praticamente 94% das matrículas em cursos presenciais de EM na modalidade EJA no Estado de São Paulo entre 2009 e 2013. Nesse período, a rede estadual reduziu em 41% o número de matrículas – foram 120 mil matrículas a menos.

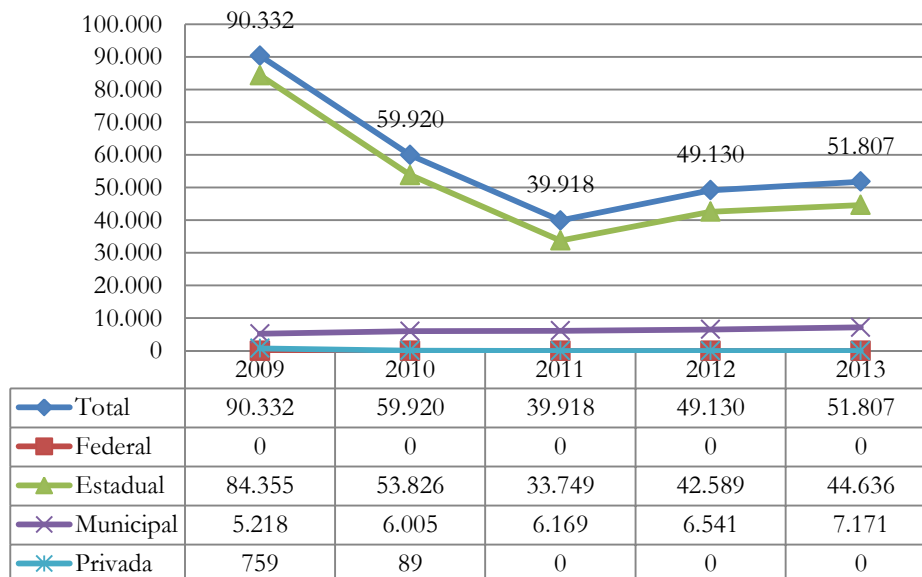
Gráfico 5 - Matrículas em cursos presenciais de EM na modalidade EJA por dependência administrativo no Estado de São Paulo. 2009-2013



Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Por fim, o gráfico abaixo revela dois movimentos de cursos semipresenciais no EM na modalidade EJA ao longo do período analisado. Entre 2009 e 2011, houve significativa diminuição das matrículas (56%) e, entre 2011 e 2013, as matrículas apresentaram relativo aumento (30%). Mesmo com oferta pequena entre 2009 e 2013, as redes municipais aumentaram em 30% o número de matrículas nesse modelo.

Gráfico 6 - Matrículas em cursos semipresenciais de EM na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 2009-2013



Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Com relação ao perfil etário dos(as) estudantes de EF e EM na modalidade EJA, um estudo de Catelli et al (2014, p. 177-178) revelou os seguintes resultados:

Tendo esse cenário em vista, é importante analisar os dados de faixa etária da Educação de Jovens e Adultos para verificar se as duas modalidades atendem ao mesmo público. Aqui, São Paulo também acompanha a média nacional e, com exceção da primeira etapa do Ensino Fundamental, as matrículas da EJA são, na sua maioria, de jovens. Se considerarmos o total das matrículas na EJA, 34,4% é de jovens com idade entre 18 e 24 anos e 23,7% de adultos com 40 anos ou mais. Na primeira etapa do Ensino Fundamental, 54% das matrículas são de pessoas com 40 anos ou mais. Já na segunda etapa 27,4% das matrículas são de pessoas com idade entre 18 e 24 anos, 19,4% de pessoas entre 15 e 17 anos e 20,2% de pessoas com 40 anos ou mais. No Ensino Médio, a porcentagem de matrículas de jovens entre 18 e 24 anos sobe para 49,2% e somente 15,7% são de pessoas com 40 anos ou mais.

O atendimento de jovens e adultos no ensino regular

Pelos dados levantados do Censo Escolar entre 2002 e 2010, Catelli et al (2014, p. 178) informaram que o estado de São Paulo apresentava quantidade expressiva de jovens e adultos que, mesmo tendo atingido as idades mínimas estabelecidas para ingresso na modalidade EJA ou para inscrição em exames para certificação de equivalência de escolaridade, estavam estudando no ensino convencional.

Se considerarmos os jovens e adultos matriculados no ensino regular, temos mais 452.768 matrículas no Fundamental e 401.646 no médio neste mesmo ano. Com estes dados, o atendimento sobe para 6,4% no Ensino Fundamental e 13,3% no Médio. No entanto, seguindo a tendência observada em todo o Brasil, essas matrículas no ensino regular são quase inteiramente de jovens com idade muito próxima àquela tida como própria para a modalidade. É o que mostram os dados sobre faixa etária: 96,4% das matrículas no Ensino Fundamental regular são de jovens entre 15 e 17 anos que estão na segunda etapa. Da mesma forma, 98,3% das matrículas no Ensino Médio regular são de jovens entre 18 e 24 anos. Temos portanto que esta modalidade não atende à população adulta com baixa escolaridade, mas somente jovens com distorção idade/série.

Os dados utilizados podem ser visualizados nas tabelas 9 e 10:

Tabela 9 - Matrículas de jovens e adultos no EF convencional no Estado de São Paulo. 2002-2010

Ano	Total	E. Fundamental - 1a a 4a				E. Fundamental - 5a a 8a			
		15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	mais de 29	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	mais de 29
2002	693.025	10.804	1.617	667	3.236	608.274	61.594	3.127	3.706
2003	613.126	9.095	2.277	1.190	5.191	544.260	44.526	2.652	3.935
2004	572.303	7.555	2.065	1.196	5.812	515.534	34.389	2.138	3.614
2005	554.226	6.420	1.254	820	4.794	512.727	25.754	1.004	1.453
2006	536.385	5.249	1.062	746	4.660	502.989	19.777	711	1.191
2007	489.353	4.623	980	624	3.523	459.645	17.046	820	2.092
2008	470.859	3.996	569	66	98	450.339	14.664	405	722
2009	451.139	3.434	366	46	86	434.678	11.798	233	498
2010	452.768	3.393	194	20	30	436.676	11.816	188	451

Fonte: MEC/Inep, Censos escolares.

Tabela 10 - Matrículas de jovens e adultos no EM convencional no Estado de São Paulo, 2002-2010

Ano	E. Médio			
	Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos	mais de 29
2002	748.268	700.830	26.495	20.943
2003	707.834	666.747	23.029	18.058
2004	634.319	603.400	17.286	13.633
2005	559.102	536.998	12.384	9.720
2006	491.606	474.473	9.813	7.320
2007	439.873	426.552	7.568	5.753
2008	422.337	412.153	5.646	4.538
2009	395.329	388.132	3.998	3.199
2010	401.646	394.827	3.757	3.062

Fonte: MEC/Inep, Censos escolares.

Os Programas Federais no Estado de São Paulo⁷

Pelos dados apresentados acima, é significativo o contingente de pessoas analfabetas na população paulista com 15 anos ou mais de idade, sobretudo entre aquelas pessoas com mais de 50 anos de idade, conforme já apontado por Di Pierro e Vieira (2008, p. 02), para quem:

Mesmo sendo o maior produtor de riqueza do país, o Estado de São Paulo não escapa às consequências sociais da desigual distribuição de riqueza, dentre as quais se inscreve o analfabetismo. Embora apresente taxa média de analfabetismo [...], inferior à média nacional, São Paulo abriga o segundo maior contingente de pessoas que não sabem ler ou escrever, sendo superado apenas pela Bahia.

Atualmente, a principal política pública nacional de alfabetização de jovens e adultos é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), iniciativa do Governo Federal com execução descentralizada pelos estados e municípios. Em São Paulo, o governo estadual não aderiu ao Programa, e o Brasil Alfabetizado tem pequenas dimensões: em 2005 o PBA registrou 85.090 inscrições, reduzidas a 72.738 em 2006; em 2007 as inscrições caíram abruptamente para 18.068, reduzindo-se ainda mais em 2008 para 8.477; em 2009 as inscrições voltaram a crescer para 13.861, porém declinaram novamente em 2010 para 10.891.

Outra iniciativa federal, o Projovem original, vigente entre 2005 e 2008, recebeu 2.630 inscrições no Estado, 65% das quais na Capital, e as demais em dez municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo. Depois que o Programa foi reformulado em 2008, alguns municípios de médio e grande porte do interior e do litoral ingressaram, e a Capital não mais participou. Nas turmas que se iniciaram entre 2008 e 2010, o Projovem Urbano teve turmas em 18 municípios do Estado, totalizando 26.643 inscritos.

A política estadual de alfabetização de jovens e adultos

Conforme mencionado anteriormente, o governo estadual paulista retirou-se da oferta direta da alfabetização e das séries iniciais de EJA em 1996, delegando tal atendimento aos municípios. Entretanto, em 1997 a SEE-SP deu início, na Metropolitana da Capital, a uma parceria com ONGs em um programa de alfabetização de jovens e adultos, que, em 2003, receberia a denominação de Programa de Alfabetização e Inclusão de Jovens e Adultos (PAI). Em 2008, passou a se chamar Programa Alfabetiza São Paulo.

⁷ Não foi possível sistematizar, nesta versão preliminar, dados sobre outros programas federais de EJA no Estado de São Paulo, como o PROEJA o PRONATEC e o PRONERA.

Tabela 11 - Evolução do atendimento e do financiamento do Programa Alfabetiza São Paulo. 1997-2013

Ano	Nº de Núcleos (meta)	Nº de Alunos (meta)	Nº Médio de Alunos por Núcleo/Ano (calculado pela meta)	Investimento	Média Gasto/Núcleo Anual (calculado pela meta)	Média Gasto/Aluno Anual (calculado pela meta)	Valor Anual Per Capita Aluno Ensino Fundamental I FUNDEF (Mínimo Nacional)
1997	160	4.000	25	R\$ 67.025,00	R\$ 418,90	R\$ 16,75	R\$ 300,00
1998	160	4.000	25	R\$ 374.615,00	R\$ 2.341,34	R\$ 93,65	R\$ 315,00
1999	660	16.500	25	R\$ 887.744,74	R\$ 1.345,11	R\$ 53,80	R\$ 315,00
2000	660	16.500	25	R\$ 1.502.158,28	R\$ 2.275,99	R\$ 91,03	R\$ 333,00
2001	1.150	28.750	25	R\$ 2.233.477,48	R\$ 1.942,15	R\$ 77,68	R\$ 363,00
2002	1.530	38.250	25	R\$ 3.648.096,20	R\$ 2.384,37	R\$ 95,37	R\$ 418,00
2003	1.630	40.750	25	R\$ 4.673.043,50	R\$ 2.866,89	R\$ 114,67	R\$ 446,00
2004	1.630	40.750	25	R\$ 5.461.451,14	R\$ 3.350,58	R\$ 134,02	R\$ 537,71
2005	1.630	40.750	25	R\$ 5.735.345,50	R\$ 3.518,61	R\$ 140,74	R\$ 620,56
2006 (a)	1.580	39.500	25	R\$ 5.813.899,50	R\$ 3.679,68	R\$ 147,18	R\$ 682,00
Ano	Nº de Núcleos Instalados	Nº de Alunos Inscritos	Nº Médio de Alunos por Núcleo/Ano (calculado pela qtde. de alunos inscritos e núcleos instalados)	Investimento	Média Gasto/Núcleo Anual (calculado pela qtde. de núcleos instalados)	Média Gasto/Aluno Anual (calculado pela qtde. de alunos inscritos)	Valor Anual Per Capita Aluno EJA FUNDEF Estado de São Paulo
2006 (b)	1.598	27.669	17,3	<i>vide linha 2006 (a)</i>	R\$ 3.638,23	R\$ 210,12	<i>vide linha 2006 (a)</i>
2007	1.276	22.729	17,8	R\$ 6.039.371,50	R\$ 3.779,33	R\$ 265,71	R\$ 1.292,03
2008	1.650	31.437	19	R\$ 6.590.330,00	R\$ 3.994,13	R\$ 209,63	R\$ 1.439,33
2009	1.549	35.106	22,6	R\$ 6.590.330,00	R\$ 4.254,57	R\$ 187,72	R\$ 1.571,87
2010	1.727	32.612	18,8	R\$ 8.463.732,00	R\$ 4.900,82	R\$ 259,52	R\$ 1.851,24
2011	1.675	31.509	18,8	R\$ 9.492.132,00	R\$ 5.666,94	R\$ 301,25	R\$ 2.112,30
2012	1.554	27.631	17,7	R\$ 8.985.321,35	R\$ 5.782,06	R\$ 325,18	R\$ 2.554,25
2013	1.338	21.787	16,2	R\$ 8.879.916,00	R\$ 6.636,70	R\$ 407,57	R\$ 2.525,24
				R\$ 85.437.989,19			

Fonte: Pastore (2014), com dados da SEE/SP (COFI, CIMA e CGEB) e FNDE.

Seus cursos têm até dois anos de duração e equivalência às séries iniciais do Ensino Fundamental, porém a continuidade de estudos nas séries finais requer que os alunos sejam submetidos às provas de equivalência realizadas em unidades de ensino da rede estadual. Recente estudo de Pastore (2014) reuniu informações de que as cinco ONGs conveniadas⁸ atenderam, ao longo de dezesseis anos, 503.330 pessoas em 21.950 salas de alfabetização (núcleos) instaladas mediante a aplicação de R\$ 85.437.989,19. O programa é financiado com recursos do Salário-Educação, e as matrículas não são contabilizadas no Censo Escolar. Como se observa na tabela acima, trata-se de um programa de baixo custo, em que o investimento por aluno é muitas vezes inferior ao valor de referência para a EJA no Fundeb.

⁸ As organizações conveniadas são: Instituto Brasileiro de Estudos e Ação Comunitária - IBEAC (desde 1997), Comunidade Kolping de Guaianazes (desde 1999), Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo - CCECAS (desde 2001), Instituto Tecnológico Diocesano de Santo Amaro - ITD (desde 2002) e Alfabetização Solidária (desde 2010).

A partir de 2003 o PAI incorporou uma outra vertente no âmbito do Programa Escola da Família, que mantém escolas abertas nos finais de semana para atividades educativas e de lazer desenvolvidas por estudantes bolsistas de instituições de ensino superior privadas conveniadas, inclusive alfabetização de jovens e adultos. Sobre esta segunda vertente, não foi possível obter qualquer informação quantitativa.

Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA)

Tabela 12 - Matrículas em unidades do CEEJA por etapa e municípios do Estado de São Paulo. 2014

Nº	Município	CEEJA	Matrículas no EF		Matrículas no EM		Total	
1	Americana	Alda Marangoni França	976	30%	2304	70%	3280	4,2%
2	Avaré	Avaré	91	36%	160	64%	251	0,3%
3	Barretos	Barretos	176	35%	328	65%	504	0,6%
4	Bauru	Presidente Tancredo neves	1469	31%	3262	69%	4731	6,0%
5	Botucatu	Botucatu	556	36%	1010	64%	1566	2,0%
6	Campinas	Jeanette Andrade G. A. Martins	451	29%	1081	71%	1532	1,9%
7	Campinas	Paulo Decourt	330	33%	670	67%	1000	1,3%
8	Caraguatatuba	Caraguatatuba	215	34%	410	66%	625	0,8%
9	Itaquaquecetuba	Itaquaquecetuba	123	33%	248	67%	371	0,5%
10	Jaboticabal	Hernani Nobre	644	33%	1299	67%	1943	2,5%
11	Jaú	Jaú	314	40%	475	60%	789	1,0%
12	Lins	Lins	339	37%	577	63%	916	1,2%
13	Marília	Sebastiana Ulian Pessini	726	26%	2116	74%	2842	3,6%
14	Mauá	Valberto Fusari	547	30%	1278	70%	1825	2,3%
15	Miracatu	Miracatu	262	42%	364	58%	626	0,8%
16	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	308	31%	671	69%	979	1,2%
17	Penápolis	Penápolis	224	41%	319	59%	543	0,7%
18	Piracicaba	Antonio José Falconi	923	31%	2033	69%	2956	3,7%
19	Piraju	Piraju	127	35%	237	65%	364	0,5%
20	Praia Grande	Max Dadá Gallizi	1134	32%	2379	68%	3513	4,4%
21	Presidente Prudente	José Libânio Filho	466	28%	1190	72%	1656	2,1%
22	Registro	Ricardo José Poci	776	39%	1224	61%	2000	2,5%
23	Ribeirão Preto	Cecília Dutra Caran	1130	32%	2354	68%	3484	4,4%
24	Santos	Guarujá	394	31%	897	69%	1291	1,6%
25	Santos	Maria Aparecida Pasqualeto Figueiredo	669	25%	1968	75%	2637	3,3%
26	Santos	Archimedes José Bava	1669	32%	3606	68%	5275	6,7%
27	São José dos Campos	São José dos Campos	1606	29%	3905	71%	5511	7,0%
28	São Paulo	Clara Mantelli	2758	29%	6602	71%	9360	11,8%
29	Sorocaba	Norberto Soares Ramos	3074	35%	5828	65%	8902	11,3%
30	Taubaté	Cícero de Alvarenga	1550	33%	3161	67%	4711	6,0%
31	Votorantim	Votorantim	900	30%	2150	70%	3050	3,9%
TOTAL			24927	32%	54106	68%	79033	100,0%

Fonte: SEE-SP

As 31 unidades do CEEJA da rede estadual de São Paulo atendem, em levantamento de 2014 cedido pela SEE, mais de 79 mil estudantes da modalidade EJA, sendo 32% de EF e 68% de EM. Como pode ser visto na tabela12, as unidades de São Paulo e de Sorocaba respondem sozinhas por mais de um quinto das matrículas nesse formato.

Segundo as informações oficiais, “o diferencial do modelo é que ele oferece carga horária flexível e dá oportunidade a alunos com mais de 18 anos que querem voltar à sala de aula por não terem tido acesso à escolarização na idade certa ou por terem interrompido os estudos”⁹. No CEEJA, o estudante recebe o material de ensino no ato da matrícula e é orientado a criar um plano de estudos para que, quando sentir necessidade, recorra à unidade em que está matriculado para tirar dúvidas presenciais com professores que ficam à disposição na unidade e ainda tem a possibilidade de marcar as provas de cada disciplina, conforme datas em que forem mais adequadas. Pelas informações oficiais, a SEE apontou que 34% dos 70 mil matriculados em toda rede do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos estavam afastados havia 11 anos das escolas, a maioria era do sexo feminino (60%), tinha entre 30 e 50 anos (42%) e possuía emprego formal (43%).

EJA e educação profissional

Apresentam-se nesta seção os programas de educação profissional intencionalmente articulados com ações de alfabetização e educação básica de jovens e adultos. Optou-se por não elencar aqui programas que verssem unicamente de educação profissional.

Vence Concomitante

Criado em 2011, o Programa VENCE Concomitante, desenvolvido pela SEE, segundo Manual do Aluno¹⁰, objetiva estimular a realização do Ensino Médio concomitante à **Educação Profissional Técnica de Nível Médio**, possibilitando inclusive estudantes da EJA das escolas estaduais obter formação e certificado de um curso técnico. Cada estudante pode indicar até duas opções de cursos, e a seleção é feita por meio de sorteio eletrônico para cada município, curso e turno. A gratuidade dos cursos só se mantém caso os estudantes frequentem e sejam aprovados no curso, cabendo ao estudante pagar, por exemplo, por eventuais despesas com reprovação. Segundo informações constantes do site da SEE-SP, registrou 64.852 matrículas até o final de 2013, com previsão de oferta de mais 20 mil vagas no primeiro semestre de 2014; em 2013, os investimentos tinham previsão de somar mais de R\$ 100 milhões. Os estudantes não recebem bolsa auxílio para custear alimentação, transporte ou custos extras relacionados à compra de materiais de consumo utilizados, por exemplo, em laboratórios.

Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ)

Lançado em 2008 pela Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, é um programa de qualificação profissional voltado prioritariamente para aquelas pessoas desempregadas,

⁹Informações coletadas em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/educacao-oferece-centro-de-estudos-com-aulas-flexiveis-para-quem-quer-voltar-a-escola-em-2014>.

¹⁰ Disponível em <http://www.vence.sp.gov.br/remt/av/outros/site/pdf/manualDoAluno.pdf>.

com idade entre 30 e 59 anos e sem o ensino fundamental completo. Segundo informações oficiais¹¹, o programa atendeu mais de 8.400 pessoas em 2012. Cada cursista recebe uma bolsa-auxílio de R\$210 mensais, além de auxílio transporte, lanche e material didático ao longo de, no máximo, três meses. O PEQ oferece cursos com carga horária de cerca de 230 horas, divididas em habilidades gerais (150 horas) – com reforço do ensino básico (português, matemática, conhecimentos gerais e cidadania) – e em habilidades específicas (80 horas), com aulas teóricas e práticas sobre a profissão de interesse.

ViaRápida

O Via Rápida Emprego¹² é um programa coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SDECT) que oferece **cursos básicos de qualificação profissional**. O critério de oferta é, segundo as informações oficiais, de acordo com a demanda. Seu objetivo é capacitar, por meio da oferta de cursos gratuitos, a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho ou que deseja ter seu próprio negócio. Podem participar do programa pessoas maiores de 16 anos, alfabetizadas e que residam no Estado de São Paulo, sendo que há prioridade para candidatos que estejam desempregados, jovens matriculados no ensino médio nas escolas públicas estaduais, idosos, pessoas com deficiência, beneficiários dos programas estaduais de transferência de renda Ação Jovem e Renda Cidadã, reeducando em regime semiaberto e egressos do sistema penitenciário.

O programa oferece mais de 150 modalidades de cursos gratuitos, nas áreas da construção civil, comércio, serviços e indústria, com duração de 30 a 90 dias, dependendo do tipo de ocupação. As aulas são ministradas de segunda a sábado em unidades fixas do Via Rápida Emprego localizadas em regiões estratégicas do Estado e em unidades móveis (carretas) que são estruturadas com laboratórios e espaços adequados para a qualificação do trabalhador. As aulas também são realizadas em Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) do Centro Paula Souza, em salas descentralizadas de escolas estaduais, unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), da Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape) e da Associação de Deficientes Visuais (Adeva).

Os estudantes recebem material didático, subsídio de transporte no valor de R\$ 150 e auxílio alimentação de R\$ 100. Os desempregados, sem seguro-desemprego ou benefício previdenciário, também têm direito à bolsa-auxílio mensal de R\$ 210 durante o curso, podendo receber o total de R\$ 460.

EJA Mundo do Trabalho

A Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SDECT) do Estado de São Paulo desenvolve o Programa EJA Mundo do Trabalho¹³, que, por meio de uma parceria com a SEE-SP, oferece educação para jovens e adultos, com conteúdos que dialogam diretamente com o mundo do trabalho. Segundo o desenho do programa, é de responsabilidade da SDECT fornecer os materiais didáticos elaborados especialmente para as aulas e, ainda, capacitar os professores, no que se refere à concepção e à

¹¹ Para saber mais, veja: <http://www.emprego.sp.gov.br/qualificacao-profissional/peq-programa-estadual-de-qualificacao-profissional/>.

¹² Para mais informações, veja, www.viarapida.sp.gov.br.

¹³ Para mais informações, veja: <http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br/>.

proposta metodológica do programa. Cabe às prefeituras conveniadas a contratação de professores e a disponibilização de infraestrutura e logística necessárias para a execução do programa, que atende jovens e adultos que finalizaram o Ensino Fundamental - Ciclo I (5º ano ou a antiga 4ª série), mas que não puderam continuar os estudos. Pelas informações disponíveis no site, 221 municípios oferecem o programa. Todos os materiais didáticos e vídeos estão disponíveis no site do programa.

Exames para equivalência de escolaridade

Atualmente, há três principais maneiras de buscar a equivalência do diploma dos ensinos fundamental e médio no estado de São Paulo: o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o Exame Nacional de Ensino Médio e o exame supletivo próprio da SEE-SP. Os dois primeiros, oferecidos pela SEE-SP, são políticas federais sob coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ligado ao MEC.

Pelos dados da tabela 13, é possível verificar que a SEE-SP emitiu 3.945 certificados de equivalência de EF a partir dos resultados alcançados por aquelas pessoas que participaram do Encceja em 2013. O município de SP concentrou quase 20% dos certificados emitidos.

Com relação ao Enem, a tabela 14 mostra que, em 2013, 2.544 tiveram os certificados de equivalência do EM emitidos pelo SEE-SP após alcançar os critérios mínimos de certificação (450 pontos nas provas objetivas e 500 pontos na redação). O município de São Paulo concentrou mais de 58% dos diplomas emitidos

O exame supletivo próprio da SEE-SP¹⁴, que não foi realizado em 2013. Quando realizado, ele se constitui por um conjunto de provas para cada etapa da educação: para o ensino fundamental são 4 provas (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza) e para o ensino médio também são 4 provas (Linguagens, códigos e suas tecnologias e Redação; Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física; Matemática e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias. Cada prova é constituída por 30 itens de múltipla escolha. Para eliminar cada área, é preciso acertar metade dos itens; no caso da redação, é preciso tirar cinco ou mais pontos (de um total de 10 pontos). As provas são realizadas em apenas um dia, com duas horas e meia de duração para cada uma delas.

¹⁴ Para mais informações, veja: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/area-reservada/terceiros/exames-supletivos>.

Tabela 13

Certificados de EF emitidos pela SEE-SP a partir dos resultados do Enceja no Estado de São Paulo. 2013

Região	Certificados emitidos		Região	Certificados emitidos	
ADAMANTINA	25	0,6%	LINS	60	1,5%
AMERICANA	30	0,8%	MARILIA	23	0,6%
ANDRADINA	14	0,4%	MAUA	52	1,3%
ARACATUBA	32	0,8%	M. DO PARANAPANEMA	19	0,5%
ARARAQUARA	34	0,9%	MOGI DAS CRUZES	97	2,5%
ASSIS	26	0,7%	MOGI MIRIM	106	2,7%
AVARE	43	1,1%	OSASCO	39	1,0%
BARRETOS	33	0,8%	OURINHOS	57	1,4%
BAURU	62	1,6%	PENAPOLIS	29	0,7%
BIRIGUI	28	0,7%	PINDAMONHANGABA	18	0,5%
BOTUCATU	27	0,7%	PIRACICABA	31	0,8%
BRAGANCA PAULISTA	103	2,6%	PIRAJU	10	0,3%
CAIEIRAS	66	1,7%	PIRASSUNUNGA	30	0,8%
CAMPINAS	33	0,8%	PRE.S E PRUDENTE	46	1,2%
CAPIVARI	59	1,5%	REGISTRO	20	0,5%
CARAGUATATUBA	62	1,6%	RIBEIRAO PRETO	26	0,7%
CARAPICUIBA	55	1,4%	SANTO ANASTACIO	14	0,4%
CATANDUVA	21	0,5%	SANTO ANDRE	76	1,9%
DIADEMA	21	0,5%	SANTOS	35	0,9%
FERNANDOPOLIS	12	0,3%	S. BERNARDO CAMPO	91	2,3%
FRANCA	27	0,7%	SAO CARLOS	37	0,9%
GUARATINGUETA	39	1,0%	S. JOAO DA BOA VISTA	81	2,1%
GUARULHOS	115	2,9%	S. JOAQUIM DA BARRA	21	0,5%
ITAPECERICA SERRA	51	1,3%	S. J. DO RIO PRETO	48	1,2%
ITAPETININGA	92	2,3%	S. JOSE DOS CAMPOS	21	0,5%
ITAPEVA	59	1,5%	SÃO PAULO	756	19,2%
ITAPEVI	78	2,0%	SAO ROQUE	68	1,7%
ITAQUAQUECETUBA	73	1,9%	SAO VICENTE	57	1,4%
ITARARE	21	0,5%	SERTAOZINHO	39	1,0%
ITU	49	1,2%	SOROCABA	18	0,5%
JABOTICABAL	15	0,4%	SUMARE	43	1,1%
JACAREI	58	1,5%	SUZANO	80	2,0%
JALES	11	0,3%	TABOAO DA SERRA	52	1,3%
JAU	22	0,6%	TAUBATE	21	0,5%
JOSE BONIFACIO	12	0,3%	TUPA	43	1,1%
JUNDIAI	34	0,9%	VOTORANTIM	27	0,7%
LIMEIRA	96	2,4%	VOTUPORANGA	16	0,4%
			Total	3945	100,0%

Fonte: SEE-SP

Tabela 14

Certificados de EF emitidos pela SEE-SP a partir dos resultados do Enceja no Estado de São Paulo. 2013

Município	Certificados emitidos		Município	Certificados Emitidos	
ADAMANTINA	3	0,1%	LINS	7	0,3%
AMERICANA	10	0,4%	MARILIA	12	0,5%
ANDRADINA	3	0,1%	MAUA	32	1,3%
APIAI	2	0,1%	MOGI DAS CRUZES	16	0,6%
ARACATUBA	5	0,2%	MOGI MIRIM	22	0,9%
ARARAQUARA	3	0,1%	OSASCO	28	1,1%
ASSIS	11	0,4%	OURINHOS	8	0,3%
BARRETOS	1	0,0%	PENAPOLIS	1	0,0%
BAURU	30	1,2%	PINDAMONHANGABA	15	0,6%
BOTUCATU	5	0,2%	PIRACICABA	4	0,2%
BRAGANCA PAULISTA	5	0,2%	PIRAJU	2	0,1%
CAIEIRAS	11	0,4%	PIRASSUNUNGA	19	0,7%
CAMPINAS	52	2,0%	PRES. PRUDENTE	10	0,4%
CAPIVARI	5	0,2%	REGISTRO	5	0,2%
CARAGUATATUBA	4	0,2%	RIBEIRAO PRETO	24	0,9%
CARAPICUIBA	27	1,1%	SANTO ANASTACIO	1	0,0%
CATANDUVA	1	0,0%	SANTO ANDRE	86	3,4%
DIADEMA	28	1,1%	SANTOS	32	1,3%
FRANCA	29	1,1%	S. BERNARDO CAMPO	74	2,9%
GUARATINGUETA	29	1,1%	SAO CARLOS	3	0,1%
GUARULHOS	22	0,9%	S. JOAO DA BOA VISTA	4	0,2%
ITAPECERICA SERRA	14	0,6%	S. JOAQUIM DA BARRA	7	0,3%
ITAPETININGA	2	0,1%	S. JOSE DO RIO PRETO	21	0,8%
ITAPEVA	4	0,2%	SAO JOSE DOS CAMPOS	41	1,6%
ITAPEVI	32	1,3%	SÃO PAULO	1483	58,3%
ITAQUAQUECETUBA	8	0,3%	SAO ROQUE	3	0,1%
ITARARE	1	0,0%	SAO VICENTE	28	1,1%
ITU	12	0,5%	SERTAOZINHO	4	0,2%
JABOTICABAL	3	0,1%	SOROCABA	31	1,2%
JACAREI	22	0,9%	SUMARE	8	0,3%
JAU	9	0,4%	SUZANO	7	0,3%
JOSE BONIFACIO	2	0,1%	TABOAO DA SERRA	36	1,4%
JUNDIAI	42	1,7%	TAUBATE	6	0,2%
LIMEIRA	21	0,8%	TUPA	3	0,1%
			Total	2544	100,0%

Fonte: SEE-SP

Educação nas prisões

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação aprovou e o Ministério da Educação homologou as Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões, que estabeleceu que a oferta educacional nos sistemas prisionais deveria estar vinculada e sob responsabilidade dos sistemas estaduais de educação. Paralelamente, em 2011, a Lei nº 12.433, que alterou a Lei de Execução Penal, estabeleceu a remição de 01 (um) dia de pena para cada 12h de frequência escolar divididas, no mínimo, em 03 (três) dias, podendo ser dedicadas ao ensino fundamental, médio, superior ou profissionalizante; o tempo a remir terá um acréscimo de 1/3 (um terço) do total em caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior.

No Estado de São Paulo, o Decreto nº 57.238, de 2011, instituiu o Programa de Educação nas Prisões, regulamentado pela Resolução Conjunta nº 01 de 2013 entre Secretaria Estadual de Educação com a Secretaria de Administração Penitenciária, que afirma a oferta de EJA para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado.

De acordo com dados do Ministério da Justiça relativos a 2010, São Paulo possuía a maior população carcerária do país: 170.916 presos (34% do total nacional). Embora a maioria – 58% - não tivessem concluído o Ensino Fundamental, apenas 8,8% tinham acesso a algum tipo de educação.

Tabela 15

Quantidade de Presos em Atividade Educacional no Estado de São Paulo por segmento (2010)

Segmento	Frequência	%
Total	14.971	8,8%
Alfabetização	4.383	2,6%
Ensino Fundamental	6.144	3,6%
Ensino Médio	3.214	1,9%
Ensino Superior	196	0,1%
Cursos Técnicos	1.034	0,6%

* Os dados referem-se à população carcerária custodiada no sistema penitenciário.

Estão excluídos do gráfico os presos em unidades policiais.

Fonte: Ministério da Justiça. InfoPen, dez/2010

A Ação Educativa e Pastoral Carcerária, com apoio do Grupo Educação nas Prisões, apontou dados importantes em uma pesquisa realizada sobre o perfil educacional e a demanda por educação nas prisões paulistas¹⁵. Dentre as cerca de 600 entrevistados, 53% nunca estudaram na prisão; já 74% dos que estudaram na prisão fizeram cursos preparatórios para certificação de escolaridade via exames. Dos que nunca estudaram nas prisões, 38% apontam como motivo a coincidência de horário entre estudo e trabalho.

¹⁵ As informações apresentadas aqui são provenientes da publicação Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo, lançada em 2013 e fruto de pesquisas realizadas pela Ação Educativa em parceria com a Pastoral Carcerária, e apoiada pelo Grupo de Educação nas Prisões. Para acessar a publicação na íntegra, acesse: http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/educ_prisos.pdf.

EJA nos plano de educação

Atualmente, o Brasil não possui um Plano Nacional de Educação em vigência, pois desde 2011 o Projeto de Lei Nº 8.035 está em tramitação no Congresso Nacional e, somente em 2013, ele foi devolvido à Câmara dos Deputados para apreciação, após dois anos no Senado Federal.

Pelos dados apresentados pelo MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) de 2011, pesquisa realizada periodicamente pelo IBGE, no Brasil, perto de 30% dos municípios e 60% dos estados não tinham planos de educação. Atualmente, o Estado de São Paulo não possui um plano de educação em vigência. As duas propostas de plano (um deles encaminhado pelo Executivo e outro por uma articulação de organizações, movimentos e defensores do direito à educação) ficaram parados na Assembleia Legislativa do Estado.

A pesquisa do IBGE apontou que 64% dos 645 municípios paulistas possuíam secretaria municipal exclusiva para tratar da política educacional, 28% ainda se dividem com outras políticas e 8% revelaram que o órgão gestor da educação no município está subordinado diretamente à chefia do executivo. O Estado de São Paulo concentrava até então 37% dos municípios nesta última condição. Revelou ainda que 60% dos municípios paulistas não tinham plano municipal de educação. Desse grupo, 82% informaram que a EJA era uma modalidade abordada pelo seu respectivo plano, 12% informaram que tratavam de Educação Profissional e cerca de 4,5% informaram abordar Educação no campo.

Dos 645 municípios paulistas, 46,5% informaram que possuíam, em 2011, um sistema municipal de educação próprio, enquanto os demais estavam integradas ao sistema estadual de educação. No Estado, 98% dos municípios paulistas informaram que possuíam Conselho Municipal de Educação, sendo que 97% afirmaram ter realizado reunião nos últimos doze meses anteriores ao preenchimento da pesquisa, que revelou ainda que 90% dos conselhos tinham caráter consultivo, 90% tinham caráter deliberativo, 70% tinham caráter normativo e 97% tinham caráter fiscalizador. Em termos de composição, os 81,4% dos Conselhos Municipais de Educação apresentavam composição paritária, 9,3% informaram ter maior representação governamental e 9,3% informaram ter maior representação de sociedade civil.

Com relação aos conselhos relacionados às políticas educacionais, 98% dos municípios paulistas apontaram ter Conselho de Controle e Acompanhamento do Fundeb, 89% informaram que possuíam conselhos escolares, 96% disseram ter Conselho de Alimentação Escolar e, por fim, somente 17% tinham Conselho de Transporte Escolar. Por fim, 33% dos municípios paulistas informaram possuir um Fundo Municipal de Educação em 2011. Dessa parcela, 40% disseram que a gestão desse fundo era feito pelo Gabinete do Prefeito e 38% pela Secretaria Municipal de Educação.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, R. L. S. (coord.) *Perfil dos gastos educacionais nos municípios brasileiro (ano base 2009)*. Relatório de pesquisa. Brasília, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 2012.
- CALLEGARI, C. (org.). *FUNDEB: financiamento da educação pública no Estado de São Paulo*, 3ª ed. São Paulo, Ground, 2008.
- CATELLI JR, Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (Orgs.). *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados*. São Paulo: Ação Educativa, 2014, ISBN: 978-85-86382-33-8. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org/index.php/component/content/article/54-institucional/1132-pesquisas-concluidas> .

- CARA, D.; ARAÚJO, L. *Nota técnica*: por que 7% do PIB para a educação é pouco? Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ago. 2011. Disponível em <http://portal.aprendiz.uol.com.br/wp-content/uploads/2011/08/estudo-campanha-nacional.pdf>
- CARVALHO, M. P. *A Educação de Jovens e Adultos nas gestões Covas – Alckmin (1995-2005): o que virá depois?* São Paulo, FEUSP, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- DI PIERRO, M. C. (Coord.). *O impacto da inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) no Estado de São Paulo: relatório final de pesquisa*. São Paulo, Ação Educativa/INEP, jul. 2013.
- _____. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. *Educ. em Pesquisa*, vol. 27, n. 2, jul./dez. 2001, p. 321-337.
- _____; VIEIRA, Rosilene. O desafio da alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sp/files/diagnostico%20analfabetismo.pdf> . Acesso em: 23 Abr. 2014.
- FURLAN, R. M. C. *Políticas Públicas de educação de jovens e adultos nas escolas Estaduais de São Paulo: avanços e desafios à sua consolidação*. São Paulo, Universidade Cidade de São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- GOUVEIA, A. B. Políticas e financiamento da EJA: As mudanças na política de financiamento da educação e possíveis efeitos na educação de jovens e adultos. *Eccos*, v. 10, n. 2, p. 379-395, jul./dez. 2008.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C.; FREITAS, M. V. Perfil do atendimento em alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo. Brasília, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.74, n. 178, p.495–528, 1993.
- HADDAD, S. . Apresentação Número Especial sobre Educação Não Escolar de Adultos. *Revista e-Curriculum (PUCSP)*, v. 5, p. 1/1-22, 2009.
- PASTORE, J. D. *Programa Alfabetiza São Paulo: análise da política estadual de alfabetização de jovens e adultos (1997/2013)*. São Paulo, FEUSP, 2014 (Dissertação de Mestrado).
- VIEIRA, R. S. *O regime de colaboração entre União e o Estado de São Paulo na oferta de políticas de EJA no período 2003-2009*. São Paulo, FEUSP, 2011 (Dissertação de Mestrado).
- VOLPE, G. C. M. *O financiamento da educação de jovens e adultos no período 1996-2006: farelos de migalhas*. Campinas, Unicamp, 2010 (Tese de Doutorado).
- COMISSAO DA AGENDA TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano Estratégico - Documento-referência para a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: http://forumeja.org.br/sp/sites/forumeja.org.br.sp/files/DocumentoReferencia_encontro_Agenda_Territorial_SP.pdf . Acesso em: 23 Abr, 2014.
- COMISSAO DA AGENDA TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Linhas de Ação propostas em Seminário da Agenda Territorial. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sp/sites/forumeja.org.br.sp/files/Agenda%20Territorial%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20-%20Linhas%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20propostas%20semin%C3%A1rio.pdf> . Acesso em: 23 Abr, 2014.